

Boa Esperança **Minas Gerais - MG**

Histórico

Boa Esperança como na maioria de nossas cidades coloniais nasceu e cresceu sob os auspícios da religião católica. Não houve nenhum fator de ordem econômica, militar ou política, na sua primitiva formação. Há quem se referiu à exploração rudimentar de minérios no território do município. Admitindo-se, porém, como provável a tentativa, isto em nada contribuiu para a formação da cidade. Pelo final do século XVIII, ali aportou João de Sousa Bueno, de nobre estirpe, bandeirante, acompanhado de numerosa comitiva, em busca de ouro.

Logo após, visando a terras devolutas da região, chegaram com ânimo de se fixarem ao solo Constantino de Albuquerque e José Alves de Figueiredo, verdadeiros patriarcas da nossa formação, tendo o segundo conseguido a vinda do Padre Cleto, sacerdote de raras virtudes que muito contribuiu para a formação do núcleo em torno do qual surgiu mais tarde a povoação. José Meireles de Matos e Francisco José da Silva Serrote fizeram doação de um patrimônio a Nossa Senhora das Dores, tendo-se erguido, por iniciativa do já mencionado José Alves de Figueiredo, Capitão de Milícias, uma capela justamente no local em que se encontra hoje a grandiosa e linda matriz.

Foi em torno da humilde capela que a população se foi arregimentada e crescendo sob o nome de Dores do Pântano. Por Alvará real de 19 de junho de 1813, a localidade foi elevada a freguesia e distrito. Sem grandes fatores de progresso, este se foi desenvolvendo paulatinamente, sendo que a freguesia, já com o nome de Dores de Boa Esperança, se transformou em vila e município, de acordo com o artigo 1º da Lei Provincial nº 1 303, de 3 de novembro de 1869; foi a Vila transformada em Cidade e termo da Comarca de Sapucaí, com sede em três Pontas.

Mais tarde, passou a pertencer à Comarca de Lavras, voltando depois à Comarca de Três Pontas até a reforma judiciária de 1903. Chegou a ser cabeça de comarca, antigamente, regalia esta que perdeu, só voltando a recuperá-la em 1922, no governo do Dr. Artthur Bernardes. Em 1885, a cidade já possuía 300 construções. Daí para cá o seu desenvolvimento se vem dando lento mas seguramente. Nunca houve no município fortes correntes migratórias, devido mesmo à ausência de uma atração de ordem econômica relevante.

A partir do início do século XIX, a população ali chegava fixou-se definitivamente e pode se dizer que a maioria dos habitantes atuais é descendentes daqueles troncos primitivos. De quando em vez a lavoura do café, a criação do gado, os diversos ramos da indústria e atividades técnicas trazem novas famílias ao município, as quais vão aumentando o índice demográfico. Em 1938, a cidade e o município deixaram de chamar-se Dores de Boa Esperança para denominarem-se apenas Boa Esperança, nome da serra que corta o município ao centro e que domina o horizonte da cidade.

Gentílico: esperancense ou dorense

Formação Administrativa

Freguesia e distrito criado com a denominação de Dores da Boa Esperança, pelo alvará de 19-06-1813 e lei estadual nº 2, de 14-09-1891.

Elevada á categoria de vila com a denominação de Dores da Boa Esperança, pela lei provincial nº 1303, de 03-11-1866, desmembrado de Três Pontas, Lavras, Piui e Itapecerica ou somente Três Pontas. Sede na antiga povoação de Dores da Boa Esperança. Instalada em 27-01-1868.

Elevado à condição de cidade com a denominação da Dores da Boa Esperança pela lei provincial nº 1611, de 15-10-1869.

Pela lei provincial nº 774, de 29-05-1856, e lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de São Francisco de Rio Grande e anexado ao município de Dores da Boa Esperança.

Pela lei provincial nº 2174, de 15-11-1875, é criado o distrito de Congonhas da Boa Esperança.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 3 distritos: Dorés da Boa Esperança, Congonhas da Boa Esperança e São Francisco do Rio Grande.

Nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-XI-1920, o município é constituído de 3 distritos: Dorés da Boa Esperança, Congonhas ex-Congonhas da Boa Esperança e São Francisco do Rio Grande.

Pela lei estadual nº 843, 07-09-1923, desmembra do município de Dorés da Boa Esperança, o distrito de São Francisco de Rio Grande. Elevado à categoria de município com a denominação de Guapé. A mesma lei altera o topônimo do distrito de Congonhas (ex-Congonhas da Boa Esperança) para Ilícínia. Cria o distrito de Itaci, com terras desmembradas do distrito de Ilícínia (ex-Congonhas). Está mesma lei nº 843, de 07-09-1923, Boa Esperança adquiriu do município de Campos Gerais o distrito de Coqueiral (ex-Espírito Santo dos Coqueiros).

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 4 distritos: Dorés da Esperança, Coqueiral, Ilícínia e Itaci.

Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

Pelo decreto estadual nº 148, de 17-12-1938, o município de Dorés da Boa Esperança passou a denominar-se simplesmente Boa Esperança. Pelo referido decreto o distrito de Itaci deixa de pertencer o município de Boa Esperança para ser anexado ao município de Carmo do Rio Claro.

No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de 3 distritos: Boa Esperança, Coqueiral e Ilícínia.

Pela lei estadual nº 336, de 27-12-1948, desmembra do município de Boa Esperança o distrito de Coqueiral. Elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 2 distritos: Boa Esperança e Ilícínia.

Pela lei estadual nº 1039, de 12-12-1953, desmembra do município de Boa Esperança o distrito de Ilícínia. Elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

Alteração toponímica municipal

Dorés da Boa Esperança para Boa Esperança, alterado pelo decreto lei estadual nº 148, de 17-12-1938.

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros- Volume – XXIV ano 1958.